


*DOSSIÊ “A Educação profissional e o Ensino Médio:
Olhares retrospectivos, circunspectivos e prospectivos”*

PENSAR A FORMAÇÃO DOCENTE EM PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA: a experiência do curso de especialização em educação e agroecologia

*APPROACHING TEACHERS' DEVELOPMENT IN AN AGROECOLOGY PERSPECTIVE:
the education and agroecology specialization course's experience*

*PENSAR LA FORMACIÓN DOCENTE EN PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA:
la experiencia del curso de especialización en educación y agroecología*

Anakeila de Barros Stauffer  ⁱ

Marcela Alejandra Pronko  ⁱⁱ

RESUMO

Este trabalho apresenta a experiência do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em *Educação e Agroecologia* realizado, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto. Trata-se de formação para os(as) educadores(as) que atuam na Educação do Campo em áreas de Reforma Agrária, buscando consolidar os conhecimentos acerca dos métodos e das teorias críticas em Educação e em Agroecologia. O artigo considera as condições históricas e territoriais definidoras do contexto de realização da experiência, assim como o processo de construção da proposta e da realização da formação voltada para os(as) educadores(as) do campo. Por fim, apontamos uma avaliação geral do processo e os desdobramentos identificados na perspectiva do desenvolvimento humano emancipatório.

Palavras-chave: Agroecologia; currículo; formação de educadores; escola do campo; desenvolvimento humano.

ABSTRACT

This paper presents the Lato Sensu Postgraduate Course experience in Education and Agroecology held between January 2019 and December 2020 by the Joaquim Venâncio Polytechnic School of Health, a body of the Oswaldo Cruz Foundation. It was developed in partnership with the Landless Rural Workers Movement (MST) and the Egídio Brunetto Popular School of Agroecology and Agroforestry. It describes a training program for educators who work in Rural Education in Agrarian Reform areas, seeking to consolidate knowledge about methods and critical theories in Education and Agroecology. The article considers the historical and territorial conditions that define the experience context, the proposal construction, and the rural educators' training execution. Finally, we point out the process general evaluation and the developments identified from the emancipatory human development perspective.

Keywords: Agroecology; curriculum; educator formation; rural school; human development.

RESUMEN

Este trabajo presenta la experiencia del Curso de posgrado en Educación y Agroecología, realizado entre enero de 2019 y diciembre de 2020, por la Escuela Politécnica de Salud Joaquim Venâncio de la Fundación Oswaldo Cruz, en colaboración con el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y la Escuela Popular de Agroecología y Agroforesta Egídio Brunetto. Se trata de una formación para educadores que actúan en la Educación del Campo en áreas de Reforma Agraria, buscando consolidar conocimientos sobre métodos y teorías críticas en Educación y Agroecología. El artículo considera las condiciones históricas y territoriales que definen el contexto de realización de la experiencia, así como el proceso de construcción de la propuesta y de la realización de la formación destinada a los educadores del campo. Al final, realizamos una evaluación general del proceso y los desarrollos posteriores identificados en perspectiva de desarrollo humano emancipador.

Palabras clave: Agroecología; currículo; formación de educadores; escuela del campo; desarrollo humano.

Introdução

Este trabalho apresenta a experiência do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em *Educação e Agroecologia* realizado, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), com apoio da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde/Fiocruz, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto (EPAAEB)¹.

O curso viabilizou um processo de formação para os(as) educadores(as) que atuam na Educação do Campo em áreas de Reforma Agrária no extremo sul e no sul da Bahia, buscando consolidar os conhecimentos acerca dos métodos e das teorias críticas em Educação e em Agroecologia – processo que propiciou o aprofundamento da compreensão da realidade dos territórios e a promoção de práticas de Agroecologia nas escolas dos assentamentos e acampamentos onde atuavam esses(as) educadores(as), com impactos para toda a região.

A construção coletiva do currículo demonstra a necessidade de as instituições de ensino serem permeadas não só pelas necessidades, mas também, pelos desejos da classe trabalhadora no que tange à sua formação. Ao compreender o direito de entrada dos movimentos sociais no interior das escolas públicas – não como meros receptores vazios de conteúdos, mas como sujeitos de sua formação – reformula-se a escola pública por dentro, posto que se compreende a luta como componente educador. Assim, a formação de educadores(as) do campo não pode prescindir da luta por uma educação básica e educação superior de qualidade, socialmente referenciada. Também não pode dispensar de se colocar em pauta de discussão a expropriação e exploração do trabalho docente que se acentuou de forma voraz a partir da pandemia de Covid-19, mas que já se fazia presente em nossa realidade, sobretudo nas escolas do campo – onde muitos educadores e educadoras são contratados(as) de forma precarizada, sem garantia, nem mesmo, do recebimento efetivo de seus salários. Também não se pode abdicar de análises estruturais sobre a própria formação e sobre a conjuntura da produção capitalista que vem inviabilizando a permanência da vida dos seres vivos na Terra, à medida em que esgotam as fontes originais de toda a riqueza – seja da terra, seja dos(as) trabalhadores(as).

¹ A Coordenação Político Pedagógica do referido curso era composta por docentes de ambas as escolas, a saber: Marcela Alejandra Pronko (EPSJV/Fiocruz); Alexandre Pessoa Dias (EPSJV/Fiocruz); Anakeila de Barros Stauffer (EPSJV/Fiocruz); Ingrid D'ávilla Freire Pereira (EPSJV/Fiocruz); Dionara Soares Ribeiro (EPAAEB/MST); Eliane Oliveira da Silva Kai (EPAAEB/MST); Felipe Campello (EPAAEB/MST).

Todo esse contexto e desafios, em tempos sombrios da política brasileira, permeou a constituição deste curso.

Pontos de partida

As parcerias institucionais entre a EPSJV e os movimentos sociais do campo, particularmente o MST, possuem longa trajetória. Desde 2007, a cooperação técnica tem se dado nos âmbitos da pesquisa, do ensino e da produção de materiais pedagógicos. Como parte desse processo de construção coletiva, o curso foi demandado pelo MST à EPSJV em 2018 como uma estratégia para fazer frente ao avanço do capital tanto na Educação, como na questão ambiental, atendendo às particularidades regionais do sul e extremo sul da Bahia.

No caso das políticas educacionais, desde a década de 1990 enfrentamos, no Brasil, uma inflexão no processo de mercantilização da educação, que teve início com a criação de mercados de formação da chamada ‘educação profissional’ incorporando novos formatos de gestão baseados na redefinição do público como “público não estatal” (PRONKO, 2020). No Ensino Superior, esse processo se expressou tanto na proliferação de instituições privadas de qualidade duvidosa, quanto no avanço da Educação a Distância (EaD) que tem gerado lucros expressivos – ao mesmo tempo em que contribuiu para a precarização do trabalho docente. Um dos argumentos principais que sustentou a expansão da EaD foi a extensão territorial do país – pois se a Educação Superior pública não conseguia alcançar todos os rincões do Estado brasileiro, o fetiche tecnológico, construído em torno da EaD, disseminava a ideia de que esta poderia gerar a democratização dos conhecimentos aos cidadãos e cidadãs do interior do país. No entanto, o que se constatou foi o acesso a uma educação de baixa qualidade, estruturada por pacotes educacionais “pasteurizados”, que mais se preocupava com a certificação individual do que com a construção do conhecimento – processo sempre coletivo.

No que tange especificamente à formação inicial de professores, a disseminação da EaD foi avassaladora, conforme podemos constatar nos dados fornecidos por pesquisa realizada pela ONG Todos Pela Educação. Segundo o relatório:

- O total de ingressantes em cursos voltados à docência aumentou 44% de 2010 a 2017. Observando apenas os ingressantes na rede privada, modalidade EaD, o crescimento foi de 162%.

- A EaD na rede privada já corresponde a 53% dos ingressantes nas graduações voltadas à docência. Este percentual era de 29% em 2010.
- Considerando a rede privada e a rede pública juntas, percebe-se que 61% dos ingressantes em cursos de Ensino Superior voltados à docência já são em modalidade EaD (frente a 34% em 2010). Para os demais cursos no Brasil, essa parcela é de 27%. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019, p. 3)

Esses dados apontam que, mesmo em governos ditos progressistas, não foi possível reverter o avanço do capital sobre a Educação, sendo necessário destacar, desde o início dos anos 2000, o

crescimento exponencial das matrículas em instituições privadas de caráter empresarial com financiamento público crescente, através de programas governamentais como o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o Prouni (Programa Universidade Para Todos), permitindo o surgimento de grandes conglomerados educacionais. (PRONKO, 2020, p. 125)

A formação de professores(as) em instituições privadas, na modalidade EaD, constitui um traço determinante na realidade das escolas do campo na região, apontando para uma formação aligeirada e reprodutora de técnicas e procedimentos didáticos sem perspectiva crítica nem interlocução com a realidade dos(as) educandos(as) e das escolas.

No que tange à questão ambiental, o capital internacionalizado tem avançado sobre os territórios com o consentimento dos seus representantes locais – demonstrando o processo de desenvolvimento dependente e subordinado do capitalismo brasileiro, conforme já analisado por Florestan Fernandes (1973). No território em que o referido curso foi desenvolvido – extremo sul e sul da Bahia – verifica-se o avanço do capital na agricultura desde os anos 1980, gerando consequências socioambientais a partir da monocultura de eucalipto. Assim, a região tem sido dominada por empresas multinacionais de celulose e por práticas de agropecuária hegemônicas que instauram disputas territoriais pela apropriação privada dos recursos naturais, o aprofundamento das desigualdades sociais, a destruição da natureza e da saúde humana com o uso de venenos na agricultura. O capital, em sua ânsia expansiva, cria rupturas sociometabólicas que incidem sobre os modos de viver e ter saúde, expropria o conhecimento e as riquezas produzidas por metabolismos socioecológicos específicos (MOURA, 2021). Conforme já apontava Marx (2013), o capital instaura a ruptura entre o campo e a cidade, age de forma a desestruturar e a reestruturar o intercâmbio entre o homem e a terra, incidindo constantemente na fertilidade do solo. O capital, portanto,

[...] ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem. [...] Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo o progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo. [...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 2013, p. 369)

É diante dessa realidade que o curso se configurou – não como uma estratégia isolada e pontual, mas como parte de um conjunto de iniciativas relevantes e pioneiras que tentam disputar as possibilidades de viver de forma digna, saudável e em harmonia com a natureza. Dentre estas iniciativas, citamos a construção da EPAAEB, em 2006, a partir das ocupações de 6 fazendas da Empresa Fibria Celulose². A partir da parceria entre MST e Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental, estruturou-se uma equipe com técnicos, agricultores e especialistas, para desenvolverem atividades de constituição de assentamentos agroecológicos em 7 áreas de pré-assentamentos da região do extremo sul da Bahia. Atualmente, a EPAAEB possui uma equipe técnica que atua em 19 assentamentos da reforma agrária, contribuindo com os(as) assentados(as) na produção e troca de conhecimentos, pesquisas participativas, capacitações, organização social de base e cooperação agrícola³.

No que tange às instituições escolares, há, nesse território, 52 escolas – 7 de Ensino Médio e as demais de Ensino Fundamental e Educação Infantil –, somando 305 educadores e quase 4 mil educandos em diferentes faixas etárias. Devido à importância destas escolas nos assentamentos e acampamentos, a inserção da temática da Agroecologia se converte em estratégia primordial para a consolidação da práxis pedagógica na região e para fazer frente ao avanço do capital. De fato, desde 2014, os(as) educadores(as) do campo do extremo sul e do sul da Bahia desenvolvem debates e reflexões sobre a inserção da Agroecologia na Educação Básica nas Escolas do Campo, tendo conseguido incorporar, em alguns municípios, a Agroecologia como componente curricular.

2 No ano de 2010, houve a compra da Aracruz pela Votorantim Celulose e Papel que passou a se chamar Fibria. No ano de 2018, a Suzano comprou a Fibria e passou a liderar a produção global de celulose.

3 Dados obtidos no Plano Curricular do Curso de Especialização em Educação e Agroecologia, apresentado na Câmara Técnica de Ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, em novembro de 2018.

Nesse percurso construíram uma publicação (RIBEIRO et al, 2017) que se tornou ponto de partida e referência para a realização do curso e o adensamento das reflexões e experiências.

Construção e realização do Curso

Analisando o quadro complexo referente à questão ambiental e à formação de educadores(as), a EPAAEB solicitou à EPSJV/Fiocruz a construção de um curso de especialização em Educação e Agroecologia. Por compreendermos o currículo como um campo de conhecimento e um artefato cultural, a construção curricular se iniciou em uma oficina com docentes e diretores(as) das escolas do campo da região, desenhando-se, assim, um plano curricular a partir de condições concretas e específicas, com uma intencionalidade pedagógica expressa nos conteúdos e nas estratégias didáticas, ou seja, na práxis pedagógica. O currículo se constituiu tendo referenciais pedagógicos e políticos que se apartam do discurso falacioso da neutralidade, pois, como diria Paulo Freire: “O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas águas os homens verdadeiramente comprometidos fincam molhados, ensopados. Somente assim, o compromisso é verdadeiro” (FREIRE, 2018, p. 22).

A perspectiva da politecnia, como princípio estruturante da EPSJV/Fiocruz, que propõe a construção de uma escola unitária e crítica, orientou a formulação e a realização deste curso. No processo de articulação junto aos movimentos sociais do campo, a EPSJV teve a oportunidade de aprender com a realidade dos territórios do campo, dos movimentos sociais e dos(as) educadores(as) que constroem um modo de viver a partir de uma relação mais íntegra com a saúde, a educação, o trabalho e o meio ambiente.

Assim, o curso se organizou em torno dos seguintes objetivos:

1. Formar profissionais da educação básica que atuam nas escolas do campo, a partir do aprofundamento das bases teórico-metodológicas que fundamentam as práticas de educação e suas relações com o trabalho e a agroecologia;
2. Contribuir para a consolidação do conhecimento e das práticas de Agroecologia nestas escolas;
3. Constituir espaços de estudo e reflexão sobre as relações entre Trabalho-Educação-Agroecologia sob a perspectiva de suas determinações e implicações históricas e pedagógicas.

4. Potencializar uma ação docente crítico-emancipatória, em contraste com a racionalidade utilitarista instrumental (EPSJV, 2018).

A estrutura e funcionamento do curso se pautou na *formação em alternância*, prática formativa construída pelo movimento da Educação do Campo, que busca ancorar a relação entre trabalho-educação-território. Tal relação traz a dimensão do trabalho como princípio educativo em que as formas de (re)produzir a existência por parte do campesinato potencializa e é eixo articulador do trabalho pedagógico.

A formação em alternância, segundo Queiroz (2004, p. 42), se efetiva e se fortalece com o entendimento de que a relação escola-família-sociedade pressupõe uma sinergia, uma integração e uma interpenetração que possibilite romper com a dicotomia teoria e prática, abstrato e concreto, conhecimentos escolares e saberes tradicionais, formação e produção, trabalho intelectual e trabalho manual. (HAGE, ANTUNES-ROCHA, MICHELOTTI, 2021, p. 430)

Tal proposta metodológica permite investigar a complexidade da Educação do Campo em sua totalidade, considerar seus aspectos históricos e suas contradições – sendo esta, o motor do movimento histórico para outras sínteses possíveis. Assim, do ponto de vista organizacional, o curso teve uma carga horária total de 488h, dividido em 4 etapas de Tempo Escola (TE) – totalizando 368h – e 3 etapas de Tempo Comunidade (TC) – realizando-se atividades de campo e investigação (120h), potencializando-se, assim, a relação teoria e práxis, os estudos de realidade e o colocar-se do sujeito histórico no mundo. Em ambos os Tempos foram realizados processos de ensino, pesquisa e práticas pedagógicas diversas. Como aponta o coletivo de educadores da região:

A formação continuada de educadores deve ser pensada a partir da vivência comunitária e das práticas sociais nas comunidades; o educador do campo necessariamente precisa estar vinculado ao povo, precisa entender o projeto educativo das escolas do MST e das escolas do campo e com isso compreender que a escola não é uma ilha, mas parte desta construção histórica e que a agroecologia é uma prática social que não se constrói murada na escola. A elaboração de materiais didáticos e os estudos continuados são condições para melhor compreensão do currículo; há muitos materiais de agroecologia, no entanto é necessário adequar sua linguagem para que professores e estudantes possam se apropriar melhor destes conhecimentos. A agroecologia deve permitir a análise crítica da realidade. A relação com a comunidade é essencial no processo educacional; neste contexto o território é a matéria-prima viva dos estudos, sendo necessário articular os conhecimentos escolares dos estudantes com a organização social e produtiva

que existe no entorno, envolvendo pais e mães como educadores. A agroecologia é um processo de construção do conhecimento e pode ser uma forma de exercício da criatividade na escola, além de articulação entre teoria e prática. (RIBEIRO et al, 2017, p. 18)

A fim de possibilitar uma reflexão teórica crítica e buscar uma práxis que dialogasse com desafios concretos, foram delineados os seguintes componentes curriculares:

1. *Epistemologias e Historicidade da Ciência e da Agroecologia* (84h) que teve por objetivo discutir a construção da ciência e da agroecologia nas sociedades modernas, chegando à realidade dos territórios;

2. *Fundamentos da Educação e do Trabalho Docente* (84h) cujo objetivo foi problematizar a relação trabalho-educação, as teorias e tendências pedagógicas e a prática docente nas escolas do campo;

3. *A Práxis Docente e a Agroecologia* (124h) que objetivou discutir os fundamentos e o planejamento da prática docente em agroecologia: o processo de ensino aprendizagem, o planejamento educacional e as tecnologias educacionais;

4. *Processo Investigativo, Sistematização de Experiências e TCC* (76h) que teve por objetivo discutir os pressupostos teórico-metodológicos do processo de produção do conhecimento e da sistematização da experiência na prática docente (EPSJV, 2018).

O Tempo Escola, desenvolvido na EPAAEB, assegurou ainda momentos para estudos individuais orientados para o foco de pesquisa, assim como para grupos de estudo, com orientação coletiva das monografias e/ou para seminários sobre tópicos temáticos especiais, considerados necessários no processo de formação e não contemplados pelos demais componentes curriculares.

Nas três etapas de Tempo Comunidade, os(as) educandos(as) desenvolveram suas atividades de pesquisa e extensão, nas escolas, serviços de saúde, assentamentos e acampamentos dos quais são oriundos(as). Tais atividades deram a base para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso que se constituiu como um estudo investigativo sobre a realidade sócio-histórica do território e um planejamento educacional voltado à Agroecologia, integrando dimensões teóricas e vivenciais e sendo pactuado com a comunidade em que tais educadores(as) produzem a vida. O TCC foi apresentado publicamente, de

forma escrita e oral⁴, durante a última etapa do curso, sendo orientado por docentes das duas escolas e tendo uma banca arguidora. Os trabalhos foram elaborados, na sua maior parte, de maneira coletiva por grupos de até quatro discentes pertencentes ao mesmo território ou trabalhando na mesma escola.

Foi possível formar 42 (quarenta e dois) educadores(as) de 11 (onze) escolas do campo, sendo apresentadas 14 projetos de intervenção como trabalhos de conclusão do curso, incidindo diretamente no processo pedagógico de 1.500 (mil e quinhentos) estudantes dessas escolas. Tais trabalhos não se constituíram somente em trabalhos acadêmicos, mas em formulações de resistências e de produção de conhecimentos oriundas das práticas camponesas, rompendo-se as cercas do conhecimento que muitas vezes são impostas às classes trabalhadoras do campo. Assim, esses trabalhos de intervenção exploraram os desafios da implementação da Agroecologia como componente curricular no ensino básico, apontando avanços e tensionamentos, suas relações com a interdisciplinaridade, a formação de educadores(as), a construção dos Projetos Político-Pedagógicos e a elaboração de material didático para os diversos níveis de ensino (desde a educação infantil até o ensino médio). Outros trabalhos debruçaram-se, ainda, nas relações entre as experiências agroecológicas dos(as) assentados(as) e as práticas agroecológicas desenvolvidas na escola (incluindo desde o manejo agroecológico de diferentes culturas ou de um sistema agroflorestal até o manejo de resíduos sólidos do assentamento ou a reconstrução do caminho das águas). A relação entre agroecologia e saúde também esteve presente através da análise de experiências de construção de um horto medicinal e da promoção de soberania alimentar, chegando à construção de projetos de vida⁵.

A avaliação do processo pedagógico se desenvolveu ao longo do curso, tomando como referência a experiência dos(as) discentes-educadores(as) e suas trajetórias ao longo do processo formativo: considerou-se os avanços teórico-conceituais e sua aplicação prática, produções, participação individual e em grupo, dentre outros.

A afirmação de um curso, na modalidade de pós-graduação, se constitui como uma oportunidade de consolidar as práticas de agroecologia nos currículos da educação básica; de produzir conhecimentos sobre Educação e

4 Devido à pandemia de Covid-19, as defesas dos trabalhos de conclusão foram realizadas em formato remoto e em sessões abertas, entre os meses de setembro e novembro de 2020.

5 Uma relação completa dos trabalhos finais defendidos pode ser encontrada no Relatório Final do *Curso de Especialização em Educação e Agroecologia*, no endereço <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/Especializacao%20Educacao%20Agroecologia%20Relatorio.pdf>. Acesso 20 fev. 2023.

Agroecologia; e de ampliar os vínculos escola-família-comunidade-serviços de saúde para a construção de territórios agroecológicos.

É necessário ressaltar que nesse percurso, devido à precariedade da formação dos(as) educadores(as), nos deparamos com o fato de que alguns educadores(as) não tinham como comprovar sua titulação. Pelo fato de ter cursado suas graduações em instituições privadas que não emitiram os respectivos diplomas – seja por dificuldade no pagamento das mensalidades ou pelo fato das instituições terem se extinguido, somado à precariedade de seus vínculos de trabalho nas escolas do campo⁶, alguns educadores(as) não puderam receber sua certificação de especialistas. Tivemos ainda alguns educadores(as) que, no momento da finalização do curso, estavam terminando concomitantemente sua graduação.

Contudo, como esta formação era uma estratégia orgânica de fortalecimento da Educação em Agroecologia nas escolas daqueles territórios, o mais importante para as instituições envolvidas era que se garantisse a formação dos educadores(as), fomentando a elaboração de projetos de intervenção coletivos que permitissem o enraizamento das propostas.

Buscando responder à demanda real deste movimento social, discutiu-se a possibilidade, junto aos órgãos colegiados das instituições responsáveis pela formação (EPSJV e EPAAEB), de realizarmos uma outra certificação⁷ sem a modificação da proposta pedagógica. Para estes docentes que são submetidos recorrentemente a processos seletivos para sua contratação nas escolas do campo, devido a uma realidade de precarização e uberização dos vínculos de trabalho, ter a certificação é importante. Para as escolas do campo, ter um professor qualificado sob bases sólidas é de extrema relevância para fazer frente à luta contra o capital e para constituir uma proposta pedagógica sólida e coerente aos princípios e valores da Educação do Campo.

O curso contribuiu, assim, para a formação de educadores das escolas do campo, sujeitos de uma realidade conflituosa, em que a hegemonia da produção agrícola convencional é disputada por um projeto agroecológico, efetivando-se

6 A maioria dos(as) educadores(as) das escolas do campo não tem vínculo de estatutário. A cada ano letivo passam por processos seletivos para contratação temporária – o que não permite que as escolas do campo tenham um corpo fixo de educadores(as) para darem continuidade ao trabalho pedagógico. Há que se ressaltar, ainda, que tais profissionais são contratados, muitas vezes, quando o ano letivo já se iniciou e são desligados ao fim deste – não tendo direito à remuneração de férias ou recessos escolares. Todo esse cenário é desalentador não só para os educadores(as) individualmente, como também para as escolas do campo que se veem, a cada início do ano, recomeçando o trabalho pedagógico, a formação dos educadores, não propiciando o aprofundamento e a continuidade do trabalho pedagógico.

7 Foram 10 os educadores e educadoras que não puderam receber o título de Especialista, e obtiveram uma certificação correspondente ao Curso de Desenvolvimento Profissional.

como dispositivo estratégico para construir novas formas de viver, se relacionar com a natureza, produzir alimentos, trabalhar e ter saúde na região.

Concluindo: A experiência do Curso como perspectiva de novos começos

A experiência do Curso foi considerada altamente satisfatória tanto pela equipe que coordenou o processo quanto pelos(as) educandos(as) que se formaram nele, de acordo com as reuniões de avaliação e autoavaliação realizadas. Ao final do mesmo, contávamos com 14 propostas de intervenção a serem desenvolvidas no chão das escolas, abarcando diversos sujeitos dos territórios implicados. Essa perspectiva era tão relevante que se desdobrou em uma emenda parlamentar para o acompanhamento de novas atividades de formação e do desenvolvimento dos projetos de intervenção construídos durante o curso. Contudo, fomos solapados pela pandemia de Covid-19 e muitas propostas tiveram que ser adaptadas diante do processo de isolamento social e da desvinculação, por parte das prefeituras, de uma parte dos educadores(as) que foram dispensados ou não foram recontratados a partir do ano de 2020. Mesmo com tantas condições adversas, foi possível produzir um vídeo que retrata parcialmente as experiências realizadas e uma revista com artigos de algumas escolas que, apesar da intensificação da precariedade no processo de trabalho nos últimos três anos, conseguiram sistematizar os trabalhos pedagógicos realizados em torno da Agroecologia.

Outro desdobramento que mostra a potência político-pedagógica do processo se refere à possibilidade, atualmente em construção, de nacionalizar o curso para onze escolas do campo das cinco regiões do país, enraizadas em diversos biomas - o que propiciará a ampliação da troca de conhecimentos em torno da Agroecologia nas distintas realidades brasileiras. Tal proposta foi enviada ao Programa Nacional em Defesa da Reforma Agrária (Pronea) – importante estratégia que une sujeitos coletivos ligados aos movimentos sociais e sindicais, às instituições de ensino e aos Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – por ser um impulsionador da política de formação de educadores(as) do campo⁸.

Ressaltamos também que, concomitante ao desenvolvimento do curso, a EPSJV em parceria com o MST e à editora Expressão Popular produziram o

⁸ Apesar de todo o esforço para transformar o Incra em mero regularizador das questões fundiárias e de todo o desmonte das políticas de desenvolvimento agrário desde o Golpe de 2016, tal Programa vem lutando para se reconstituir e cumprir sua importante função na formação da classe trabalhadora camponesa.

Dicionário de Agroecologia e Educação (2021)⁹, com o fito de disseminar e aprofundar os conhecimentos em torno desses campos. Tal obra teve a preocupação de responder às necessidades e expectativas dos(as) educadores(as) das escolas do campo, contribuindo para a qualificação dos debates em torno dos conteúdos e dos projetos político pedagógicos. Outra estratégia que vem sendo constituída se refere à produção de vídeos e de debates a partir de cada verbete do Dicionário, possibilitando-se, assim, distintas estratégias pedagógicas para a disseminação do conhecimento. Dessa forma, os processos de estudos e reflexões em torno da práxis educativa em Agroecologia continuam a ser fomentados, mesmo após o término do referido curso.

Tais estratégias demonstram um esforço de se tornar orgânica, na formação de educadores(as), a perspectiva crítica da Educação e a Agroecologia. Observamos em todo esse processo que a Agroecologia, considerada a partir dos fundamentos da politecnia, explicita a indissociabilidade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, constituindo-se como uma ciência que apresenta uma nova matriz tecnológica para o campo, incorporando também as práticas pautadas nos conhecimentos tradicionais produzidos pelos(as) agricultores(as) familiares.

Enquanto uma matriz tecnológica, a Agroecologia contribui na produção e reprodução da vida no campo em uma perspectiva emancipatória que fomenta o enfrentamento ao capital, na medida em que questiona sua relação mecanicista e exploratória sobre a natureza, e a visão fetichizada de que o ser humano domina e explora a natureza e não se constitui como parte intrínseca a esta. Contra essa concepção, a forma camponesa de produzir agroecologicamente se pauta na biodiversidade e no respeito às “formas de autorrenovação das forças naturais e sociais de produção” (CALDART; FRIGOTTO, 2021, p. 372), compreendendo que o equilíbrio entre tais forças exige a criação de outras matrizes teórico-científicas.

Tal perspectiva se liga à dimensão política da Agroecologia que explicita a crítica do modelo do agronegócio, produtor de *commodities* negociados no mercado financeiro, concentrador de terras, destruidor da natureza,

9 O *Dicionário de Agroecologia e Educação* constitui um esforço coletivo de sistematização de boa parte do conhecimento já produzido por aqueles que constroem, no cotidiano, a educação e a agroecologia na perspectiva dos, e em articulação com, os movimentos camponeses. Constitui, também, parte do esforço institucional da EPSJV e da Fiocruz por tornar público e acessível, em diversos formatos, o conhecimento produzido nos processos de cooperação técnica da instituição. Esta e outras publicações construídas em parceria com o MST podem ser consultadas no portal da EPSJV (www.epsjv.fiocruz.br/publicacoes/livros). Merece destaque, nesse sentido, o *Dicionário da Educação do Campo* (2012) e o *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde* (2015).

disseminador de agrotóxicos, que expulsa os(as) camponeses(as) de sua origem e culturas, submetendo-os(as) às condições opressoras, precárias e não saudáveis de trabalho e de vida.

Diante do exposto, as escolas do campo se convertem em espaços estratégicos de formação da classe trabalhadora camponesa, pois a partir do desenvolvimento de seus projetos político-pedagógicos podem buscar efetivar cotidianamente a articulação entre trabalho e educação, educação e culturas camponesas, a vinculação entre os processos produtivos e a ciência que os produz, contribuindo para o desenvolvimento humano emancipatório, construtor de novas relações sociais socializantes.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli e FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Politécnica e Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa, et. al. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro / São Paulo: EPSJV /Expressão Popular, 2021, pp. 368-375.

DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes e VARGAS, Maria Cristina. **Dicionário de Educação e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-de-agroecologia-e-educacao>. Acesso em 07 de abril de 2022.

EPSJV. **Plano Curricular do Curso de Especialização em Educação e Agroecologia**, apresentado na Câmara Técnica de Ensino. Rio de Janeiro: Mimeo, novembro de 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro. Zahar. 1973.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018.

HAGE, Salomão Mufarrej; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MICHELOTTI, Fernando. Formação em Alternância. In: DIAS, Alexandre Pessoa, et. al. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV / Expressão Popular, 2021, pp. 429-437.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MOURA, Luiz Henrique Gomes de. Ruptura do Metabolismo Socioecológico. In: DIAS, Alexandre Pessoa, et. al. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro e São Paulo: EPSJV e Expressão Popular, 2021, pp. 659-668.

PRONKO, Marcela. Educação pública em tempos de pandemia. In: SILVA, Letícia Batista e DANTAS, André Vianna (orgs.). **Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.

RIBEIRO, D. S. et al. **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2017 (2ª ed).

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Formação inicial de professores Brasil**. ago. 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/317.pdf?1619510590>. Acesso em: 23 jun. 2020.

Submissão em: 09 mar. 2023.

Aceite em: 22 set. 2023.

i Anakeila de Barros Stauffer

Professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação, pela UERJ, Doutora em Educação e Ciências Humanas pela PUC-RJ. Coordenadora adjunta e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da EPSJV/Fiocruz. Professora do ensino fundamental na SME-Duque de Caxias.

E-mail: anakeila.stauffer@fiocruz.br

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3826070513693069>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4089-0891>

ii Marcela Alejandra Pronko

Professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Graduada em Ciências da Educação, Universidad Nacional de Luján, Argentina; Mestre em Educação e Doutora em História pela UFF. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado, Política e Espaço Público (EPSJV/Fiocruz).

E-mail: marcela.pronko@fiocruz.br

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8643905602454259>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2735-1914>